

# Judiciário deve evitar ‘tentação’ de extrapolar poder, afirma Mendonça

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, afirmou nesta segunda-feira (1º/6) que magistrados devem resistir à “tentação” de invadir as competências dos demais poderes. Na visão de Mendonça, é legítimo que o Judiciário dê a última palavra, mas ele não pode dar também a primeira palavra, que é uma atribuição do Legislativo.

O magistrado fez essas considerações durante a aula magna inaugural da [Escola de Justiça de Campinas](#). O evento, promovido na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), marcou o início das atividades da instituição e reuniu autoridades locais, membros da academia e representantes da sociedade civil.

“Há uma tentação, por bons motivos, de nós quisermos resolver as coisas do nosso jeito. Mas numa democracia não é assim. Vigora o princípio democrático. O princípio democrático demanda que inovações sejam trazidas no âmbito da legislação, por parte do poder Legislativo.”

O ministro afirmou que as instituições passam por uma crise de credibilidade e defendeu a autocontenção da magistratura. “É sem dúvida legítimo o Poder Judiciário dar a última palavra. Mas nós não podemos dar a primeira e a última palavra. Nós estamos adentrando em esferas de poder que não são nossas.”

Para Mendonça, o chamado ativismo judicial é, simultaneamente, causa e efeito do enfraquecimento das instituições: ao mesmo tempo em que ocupa indevidamente o espaço deixado pelo Legislativo, o poder inflado do Judiciário incentiva o legislador a não se posicionar.

“Ao extrapolar o limite dos outros poderes, o Poder Judiciário enfraquece os demais poderes. Mas também é efeito, porque, ao enfraquecer, ele gera uma atuação inerte por parte do Poder Legislativo. Decisões difíceis não são mais tomadas, às vezes, no Poder Legislativo porque o Poder Legislativo vai se acomodando. Ele se ressentido de um lado e ele se acomoda de outro.”

## Confiança popular

O ministro sustentou que instituições justas exigem decisões racionais, imparciais e conectadas à realidade concreta da administração pública. Ele advertiu que determinações judiciais proferidas sem conhecimento prévio das limitações financeiras e humanas dos entes governamentais não alcançam o ideal de justiça e sobrecarregam os gestores.

“Um dos sinais da injustiça é que, quando nós não conhecemos a realidade, nós tendemos a emitir juízos e decisões que não guardam consonância com a realidade.”

Mendonça recorreu à teoria do agente principal para ilustrar como o povo deposita a sua confiança nos governantes e nos servidores públicos. Para o ministro, a quebra desse vínculo gera um profundo problema de dimensão coletiva, já que desencoraja o cidadão comum a agir corretamente e a cumprir as leis no seu dia a dia.

“No dia em que nós não respeitarmos essa relação de confiança, fazendo prevalecer interesses próprios, interesses corporativistas, interesses ilegítimos de terceiros, nós estamos rompendo essa relação de confiança.”



*Mendonça falou na aula magna inaugural da Escola de Justiça de Campinas*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-01/judiciario-deve-evitar-tentacao-de-extrapolar-poder-afirma-mendonca-2/>